



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DE RONDÔNIA  
A amiga do rondoniense

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO


### PARECER Nº 341/25

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação em reunião plenária realizada hoje, aprovou por unanimidade o parecer da relatora Deputada Dra. Taíssa, favorável ao Projeto de Lei nº 365/2024 de autoria do Deputado Luiz do Hospital. Acrescenta os artigos 3-A e 3-B à Lei nº 4.595, de 26 de outubro de 2019, que “Institui a Política Estadual de Prevenção da Automutilação e do Suicídio no Estado de Rondônia”.

Estiveram presente e votaram os Senhores Deputados: Deputado Delegado Lucas, Deputado Ismael Crispin, Deputado Marcelo Cruz, Deputado Pedro Fernandes, Deputada Dra. Taíssa e Deputado Eyder Brasil.

Plenário das Deliberações, 25 de fevereiro de 2025.

  
Deputado Delegado Lucas  
Presidente/CCJR

  
Deputada Dra. Taíssa  
Relatora





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

## PARECER SECRETARIA LEGISLATIVA

### DEPARTAMENTO LEGISLATIVO – DIVISÃO DAS COMISSÕES

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

**PROPOSITURA:** PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 365/2024.

**EMENTA:** ACRESCENTA OS ARTIGOS 3-A E 3-B À LEI Nº 4.595, DE 26 DE OUTUBRO DE 2019, QUE “INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PREVENÇÃO DA AUTOMUTILAÇÃO E DO SUICÍDIO NO ESTADO DE RONDÔNIA”.

**PROTOCOLO:** 431/2024.

**AUTOR:** DEPUTADO DR. LUIS DO HOSPITAL.

**RELATORA:** DEPUTADA DRA. TAÍSSA.

#### I – RELATÓRIO

Vem para o exame desta Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, o Projeto de Lei Ordinária nº 365, de 2024, que *acrescenta os artigos 3-A e 3-B à Lei nº 4.595, de 26 de outubro de 2019, que “Institui a Política Estadual de Prevenção da Automutilação e do Suicídio no Estado de Rondônia”*.

O Projeto de Lei Ordinária, em sua forma original, é composto de dois artigos, sendo o último a cláusula de vigência, que ocorre na data de publicação da Lei.

A matéria foi apresentada em 28 de fevereiro de 2024, em Plenário, e desde o dia 12 de março de 2024 encontra-se nesta Comissão para Parecer.

Eis o relatório.

#### II - ANÁLISE

Cabe a esta Comissão, nos termos do art. 29 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Rondônia, apreciar a matéria, tanto sob o aspecto da constitucionalidade, regimentalidade, técnica legislativa e redacional (*Art. 29, §1º, inciso I*), quanto sob o prisma do mérito, quando a matéria não integre especificamente a competência de outras Comissões (*Art. 29, §1º, inciso II*).

A Constituição Federal estabeleceu as expressas competências legislativas concorrentes entre a União, os Estados e o Distrito Federal.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Da leitura meticulosa do Projeto, extrai-se tratar-se de matéria de proteção e defesa da saúde, o que se encontra, novamente citando, no Art. 24, inciso XII da Constituição Federal, vejamos:

**Art. 24.** Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

[...]

**XII – previdência social, proteção e defesa da saúde;**

De plano, podemos objetivamente afirmar que a iniciativa para o presente projeto de lei ordinária encontra respaldo constitucional para que os Estados possam legislar sobre o caso.

Convém ainda frisar que a técnica legislativa empregada, no geral, é apropriada, observando os ditames das Leis Complementares nºs 95, de 1998, e 107, de 2001, que dispõem *sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal.*

Louvável é a matéria apresentada pelo nobre Deputado Dr. Luis do Hospital, momento em que parabenizamos a iniciativa.

**III – DO VOTO**

Pelo exposto, nos manifestamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei Ordinária nº 365, de 2024, votando pela sua **APROVAÇÃO**, com louvor.

Plenário das Deliberações, 25 de março de 2024.

  
**DRA. TAÍSSA**  
Deputada Estadual